

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Trabalho:

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer contrário** do relator, deputado Osório, ao **Projeto de Lei nº 763/2011**, de autoria do deputado Thiago Pampolha, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da concessão de emprego a idosos".

APROVADO na **Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários** o **parecer** do relator, deputado Eliomar Coelho, ao **Projeto de Lei nº 90/2015**, de autoria do deputado Dr. Sadinoel, que "Institui o programa estadual de apoio aos trabalhadores demitidos ou em situação precária do Complexo Petroquímico de Itaboraí – COMPERJ", **favorável, com o substitutivo da CCJ**¹.

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer** do relator, deputado Dr. Deodalto, ao **Projeto de Lei nº 1272/2012**, de autoria do deputado Samuel Malafaia, que "veda ao Estado do Rio de Janeiro conceder incentivos fiscais ou créditos de qualquer natureza para as empresas que por suas atividades causem danos à saúde e segurança dos trabalhadores", **favorável com emendas**.

Economia:

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Carlos Osório, o **Projeto de Lei nº 1886/2016**, de autoria do deputado Waldeck Carneiro, "Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa de fomento ao empreendedorismo para pessoas idosas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro", favorável com a emenda da CACAI.²

Defesa do Consumidor:

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1430/2016**, de autoria do deputado Wagner Montes, que "Dispõe sobre o direito do consumidor obter comprovantes de pagamentos que tenham durabilidade do texto impresso pelo menos 5 (cinco) anos".

¹ CCJ - Comissão de Constituição e Justiça.

² CACAI - Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso.

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1613/2016**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que "Altera o artigo 2º e adiciona o artigo 4º-A, da Lei nº 7077, de 09 de outubro de 2015, que obriga as empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa, móvel, de TV por assinatura e de transmissão de dados via internet a oferecerem, aos consumidores com contratos em atividade, as mesmas condições para adesão aos novos planos e pacotes promocionais".

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1688/2016**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que "Proíbe os estabelecimentos comerciais, assistências técnicas e assemelhados de exigirem a manutenção de embalagens como medida restritiva para fins de troca de mercadorias", **favorável, com a emenda da CCJ e com a emenda da CDC.**

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comercio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1864/2016**, de autoria do deputado Wagner Montes, que "Obriga os aeroportos do estado do Rio de Janeiro a fixarem placas contendo informação a respeito dos respeitos do usuário em caso de atrasos e cancelamentos dos voos", **favorável, com a emenda da CDC.**³

Infraestrutura:

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 32/2015**, de autoria do deputado Osório, que "Institui os planos estaduais de transporte e logística, notadamente o Plano Estratégico de Logística e Cargas – PELC, o Plano Diretor de Transportes Urbanos - PDTU, e o Plano Aeroviário – PAERJ, como documentos orientadores das definições políticas públicas de investimento em infraestrutura logística e da gestão do sistema de transporte público no estado do Rio de Janeiro", **pela constitucionalidade com emendas.**

Educação:

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comercio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 118/2015**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que "Dispõe sobre a cobrança de taxa de matrícula nas instituições particulares de ensino superior".

³ CDC – Comissão de Defesa do Consumidor

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, ao **Projeto de Lei nº 2364/2017**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a Lei nº 1.831, de 06 de julho de 1991, para criar o programa "escola sustentável" no âmbito do estado do Rio de Janeiro", **pela constitucionalidade**.

APROVADO na **Comissão de Educação** o **parecer favorável** do relator, deputado Tio Carlos, ao **Projeto de Lei nº 1193/2015**, de autoria dos deputados Ana Paula Rechuan e Comte Bittencourt, que "Modifica a Lei nº 6.683, de 15 de janeiro de 2014, que torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos da rede pública e particular de ensino, no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer favorável** do relator, deputado Gustavo Tutuca, ao **Projeto de Lei nº 824/2015**, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Permite a realização de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com escolas públicas no âmbito da ciência e tecnologia no estado do Rio de Janeiro".

Saúde:

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer** da relatora, deputada Enfermeira Rejane, ao **Projeto de Lei nº 737/2015**, de autoria do deputado Tio Carlos, que "Autoriza o Poder Executivo a integrar no rol de exames obrigatórios, o "teste molecular de DNA" em recém-nascidos e crianças de até um ano e meio de idade, nas maternidades e hospitais no âmbito do estado do Rio de Janeiro", **favorável com emenda**.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Luiz Paulo, ao **Projeto de Lei nº 1888/2016**, de autoria da deputada Martha Rocha, que "Estabelece a obrigatoriedade de utilização de pulseira com sensor eletrônico, para identificação e segurança dos recém-nascidos nos hospitais, casas de saúde, maternidade e estabelecimentos congêneres públicas e privadas, no âmbito do estado do Rio de Janeiro", **pela constitucionalidade**.

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer** do relator, deputado Luiz Paulo, **as emendas de plenário, ao Projeto de Lei nº 473/2011**, de autoria do deputado Luiz Martins, que "Dispõe sobre a reserva de leitos nos estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, para tratamento específico de dependentes químicos no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", **favorável às emendas nºs 1 e 2, contrário às emendas 3 e 4**.

Indústria De Defensivos Agrícolas

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao Projeto de Lei nº 1402/2016, de autoria do deputado Wanderson Nogueira, que "Estabelece a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares comercializados no estado do Rio de Janeiro", **favorável, com as emendas da CCJ**.⁴

Indústria Automobilística

APROVADO na **Comissão de Economia, Indústria e Comércio** o **parecer favorável** do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 719/2015**, de autoria dos deputados Zaqueu Teixeira e Dionísio Lins, que "Dispõe a obrigatoriedade de garantia mínima de 3 (três) anos sobre os veículos novos fabricados, comercializados ou importados no âmbito do estado do Rio de Janeiro", com voto contrário em separado do deputado Osório.

Indústria de Linha Cortante

APROVADO na **Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia** o **parecer favorável** do relator, deputado Iranildo Campos, ao **Projeto de Lei nº 638/2015**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a Lei nº 3.673, de 16 de outubro de 2001, para reajustar as multas administrativas pela industrialização e comercialização de linhas cortantes e de cerol, na forma que menciona".

Indústria da Construção:

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Zaqueu Teixeira, ao **Projeto de Lei nº 2265/2013**, de autoria do deputado Dica, que "Obriga as construtoras que operam no estado do Rio de Janeiro a fazerem, após a conclusão da edificação, comunicado oficial ao CBMER das Unidades – residenciais ou comerciais – para os respectivos registros, com vistas a regularizar o recolhimento da taxa de incêndio anual", **pela constitucionalidade**.

APROVADO na **Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 3253/2014**, de autoria dos ex-deputados Xandrinho e Domingos Brazão, que "Fica assegurado aos portadores de deficiência física, mental, síndrome ou transtornos psicológicos, o acesso a imóvel residenciais construídos através de programas sociais para habitação do estado do Rio de Janeiro", **favorável com as emendas da CPD**.⁵

⁴ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça.

⁵ CPD – Comissão da Pessoa com Deficiência.

Indústria Audiovisual:

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer** da relatora, deputada Ana Paula Rechuan, ao **Projeto de Lei nº 429/2011**, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Obriga as concessionárias de serviços públicos de transportes, que operam no âmbito do estado do Rio de Janeiro e promovem atividades audiovisuais, a exibirem vídeos educativos em sua programação e dá outras providências", **favorável com emenda**.

Indústria Alimentícia:

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer** da relatora, deputada Enfermeira Rejane, ao **Projeto de Lei nº 919/2015**, de autoria da deputada Daniele Guerreiro, que acrescenta os artigos 2º, 3º, 4º, III; 8º I, 9º IV e 13V, à Lei nº 5.594, de 11 de dezembro de 2009, que cria o sistema e a política de segurança alimentar e nutricional sustentável do estado do Rio de Janeiro".

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária: 28/03/2017

2ª DISCUSSÃO:

REDAÇÃO DO VENCIDO do **PL 2848-A/2014**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que "Dispõe sobre a proibição de supermercados e hipermercados de cobrança diferenciada na venda de bebidas geladas e em temperatura ambiente", **saiu da pauta da ordem do dia por ter recebido uma emenda. Retorna às Comissões para análise das emendas**

Link para acessar a emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/6b1dfd3fd6ae84f3832580f20062cd95?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 720/2015**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que "Dispõe sobre o incentivo ao conhecimento tecnológico e à atividade inventiva e dá outras providências". **Vai a autógrafo**.

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/22a560ccc1bdf0a8832580f1005b6460?OpenDocument>

REDAÇÃO DO VENCIDO do PL 2735-A/2014, de autoria da Deputada Enfermeira Rejane, que "Institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências". (O programa tem por objetivo criar condições para incluir pessoas com deficiência visual, auditiva, amputada, parálitica e portadores de síndrome de down e demais deficiências no mercado de trabalho formal. O programa deverá oferecer cursos de qualificação profissional de curta duração, através de convênios firmados com o sistema **SESI/SENAI/SESC**), saiu de pauta por **ter recebido duas emendas**. Retorna às Comissões para análise das emendas.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/a2a4a1f8abf83849832580f20062abc6?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 1028/2015, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Dispõe sobre a criação do cadastro de médicos especialistas no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". **Vai a autógrafo**.

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/da5be2b37834f35a832580f1006c02b5?OpenDocument>

Sessão Plenária: 29/03/2017

RETIRADO DE PAUTA

Pelo **Deputado Edson Albertassi** (um dos autores), o **Projeto de Lei nº 2472/2017**, que "Altera o artigo 14 da Lei nº 7.428 de 25 de agosto de 2016 que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do estado do Rio de Janeiro", **retirou o projeto da pauta da ordem do dia**. Segundo o deputado a retirada dar-se-á em virtude de aprimorar o texto.

Sessão Plenária: 30/03/2017

2ª DISCUSSÃO:

Redação do Vencido, assim emendado, o **Projeto de Lei nº 2041-A/2016**, de autoria do deputado Osório, que "Dispõe sobre a instituição do programa de integridade nas empresas que contratarem com a administração pública do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". **O PL saiu da pauta por ter recebido 3 (três) emendas e retornará às Comissões**.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/35fb8bfd5de93965832580f40067acfd?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO:

ADIADA a votação do **Projeto de Lei nº 2240/2013**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que "Proíbe associação de nomes de empresas privadas a marcas e às denominações de bens públicos concedidos", **por falta de quórum**.

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:**ATOS DO PODER LEGISLATIVO:****AGORA É LEI:**

Publicado no DO-I de 28/03/2017

LEI Nº 7.539 DE 27 DE MARÇO DE 2017 – oriunda do PL 505-A/2015

Autores: Deputados Jorge Picciani, Rafael Picciani e Paulo Ramos

Dispõe sobre a vedação de empresas licitar, contratar ou receber incentivos fiscais de órgãos e entidades da administração pública estadual na forma que menciona.

Publicado no DO-I de 29/03/2017

LEI Nº 7.540 DE 27 DE MARÇO DE 2017 – oriunda do PL 709/2015

Autor: Paulo Ramos

Acrescenta o Parágrafo 2º no artigo 1º da Lei nº 3.669, de 10 de outubro de 2001, que obriga os fornecedores de bens e serviços, localizados no estado do Rio de Janeiro, a fixar data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.

Publicado no DO-I de 30/03/2017

LEI Nº 7.545 DE 29 DE MARÇO DE 2017 – oriunda do PL 415/2015

Autor: Deputado André Ceciliano

Proíbe a comercialização, no estado do Rio de Janeiro da substância 2,4-Dinitrofenol, e dá outras providências.

Obs sancionado com veto parcial. Parágrafo Único do artigo 4º.

Publicado no DO-I de 29/03/2017

LEI Nº 7.546 DE 30 DE MARÇO DE 2017 – oriunda do PL 1419-A/2016

Autora: Deputada Martha Rocha

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas de suspensão e cassação da eficácia da inscrição estadual no cadastro de contribuinte do ICMS e multa, nas hipóteses de caracterização de exploração sexual de pedofilia o estado do Rio de Janeiro.

Obs: Sancionado com veto parcial, dispositivo vetado: artigo 6º

ATOS DO PODER EXECUTIVO:

Ato do Governador:

Publicado no DO-I de 30/03/2017

Decreto nº 45.964 de 29 de maro de 2017

Considera facultativo o ponto nas repartições publicas estaduais no dia 13 de abril de 2017, quinta-feira, e dá outras providências.

Decreto nº 45.965 de 29 de março de 2017

Altera o Decreto nº 45.810/2016, para aperfeiçoar, complementar e detalhar as normas e critérios relativos à obrigação do depósito no FEEF.

Decreto nº 45.968 de 29 de março de 2017

Altera o Decreto nº 45.946/17, que regulamenta o disposto do § 4º do art. 204 do Decreto-Lei 5/75 – Código Tributário do estado do Rio de Janeiro.

Ato do Secretário de Estado:

Publicação no DO-I de 27/3/2017

Contadoria-Geral do estado

Portaria CGE nº 203 de 23 de março de 2017

Disciplina procedimentos para cadastramento de credores no Sistema Integrado de Gestão Financeira e Contábil do estado do Rio de Janeiro – SIAFE-Rio, e dá outras providências. (fl. 15)

Publicação no DO-I de 31/3/2017

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução SEFAZ nº 33 de 30 de março de 2017

Estabelece normas e critérios complementares para a determinação do montante do depósito mensal do FEEF, prevista no § 1º do art. 5º do Decreto nº 45.810/2016.

uperintendência de Tributação

Portaria SUT nº 44 de 30 de março de 2017

Dá nova redação às relações anexas à Resolução SEF nº6.449/02, que divulga a relação dos países com reciprocidade de tratamento aos quais se aplica a isenção do ICMS incidente sobre o fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços de telecomunicação, a que se refere o Convênio ICMS 158/94.



AUDIÊNCIA PÚBLICA

1ª Audiência Pública conjunta das Comissões de: Economia, Indústria e Comércio e Segurança Pública e Assuntos de Polícia. Presidida pelos deputados Waldeck Carneiro e Martha Roca respectivamente.

Dia: 04/04/2017

Hora: 10:00

Local: Sala 316, do Palácio Tiradentes

Tema: Aumento do índice de roubos de cargas no estado do Rio de Janeiro.

DELIBERAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Comissão de Minas e Energia

Presidida pelo deputado Filipe soares

Dia: 05/04/2017

Hora: 09h30min

Local: Sala 316,d o Palácio Tiradentes

Tema: OFÍCIO GDCO nº 100/2017, de 23 de março de 2017, do gabinete do deputado Osório – para tratar dos mecanismos de fiscalização e controle do estado do Rio de Janeiro, relativos ao setor de distribuição de combustíveis.

Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social

Presidida pelo deputado Paulo Ramos

Dia: 03/04/2017

Hora: 11:00

Local: Sala 311, do Palácio Tiradentes

Tema: Discutir a visão do Tribunal Regional do Trabalho e do Ministério Público em relação a atuação do cooperativismo no estado do Rio de Janeiro.

CONSULTA PÚBLICA:

Comissão de Saúde

Presidida pelo deputado Fábio Silva

Dia: 04/04/2017

Hora: 10:00

Local: 6º andar do Palácio 23 de Julho

CONSULTA PÚBLICA Nº 257/2016 – ANVISA, que dispõe sobre o requisitos para o registro e o cadastro de produtos para saúde quanto à proibição de reuso, rotulagem e instruções de uso, e dá outras providências.

CPI:

Resolução nº 360/2017 (oriundo do Requerimento 266/2017)

Autor: deputado Paulo Ramos

Cria a Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, desmonte da Petrobrás, como a malha de dutos, Liquigás distribuidora, BR Distribuidora entre outros de forma obscura sem respeitar as leis.

*Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. **Informe Legislativo Estadual** – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.*